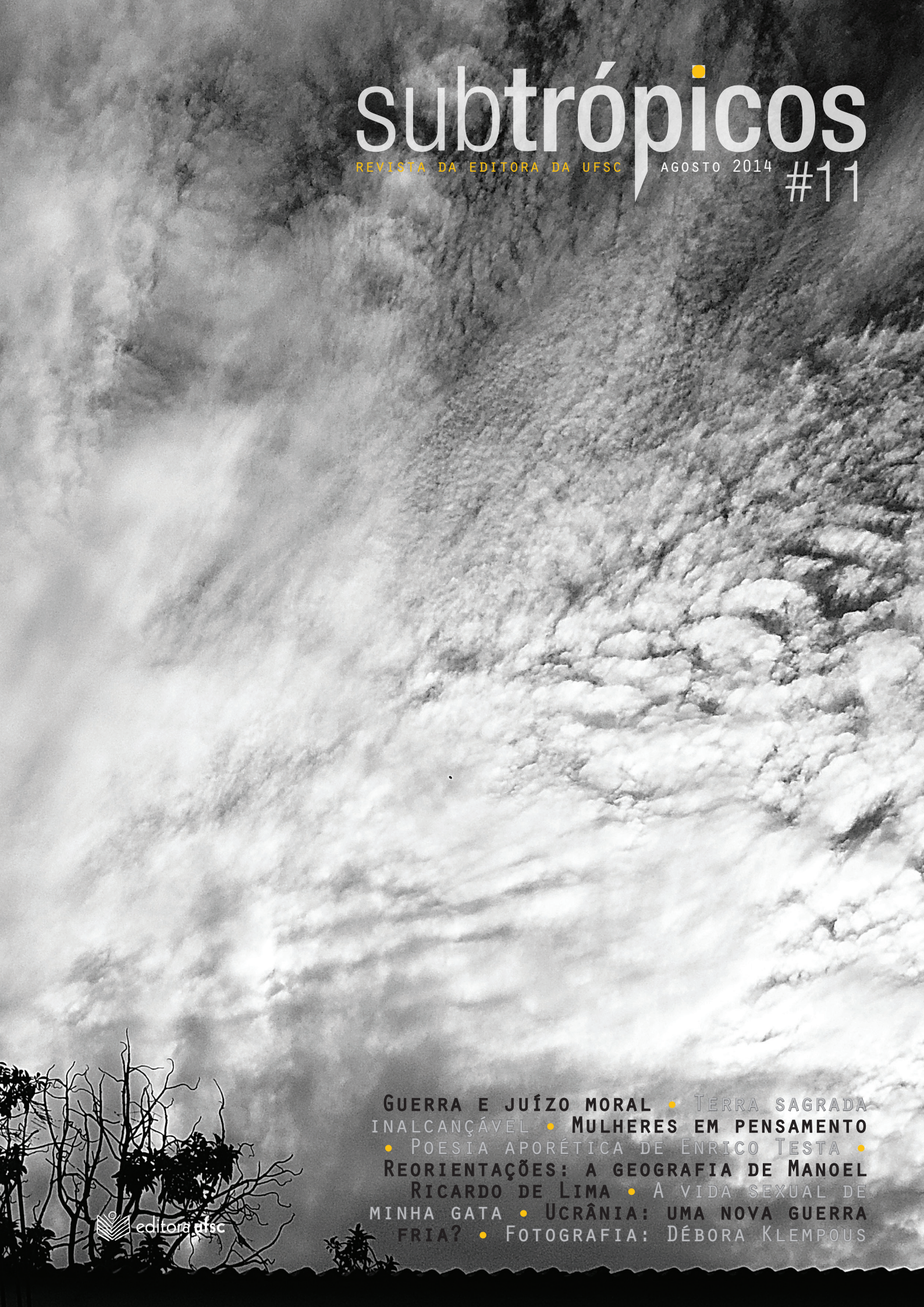
subtrópicos

REVISTA DA EDITORA DA UFSC

AGOSTO 2014

#11



Guerra e juízo moral • Terra sagrada inalcançável • Mulheres em pensamento • Poesia aporética de Enrico Testa • Reorientações: a geografia de Manoel Ricardo de Lima • A vida sexual de minha gata • Ucrânia: uma nova guerra fria? • Fotografia: Débora Klempous

editora ufsc

THE KNOWLEDGE/ UPU

Guerra e juízo moral

Nada é pior, tanto para israelenses quanto para palestinos, do que uma guerra por procuração entre os Estados Unidos e o fundamentalismo islâmico, ou entre Israel, de um lado, e todo o mundo árabe, com suas divisões profundas, do outro

CLAUDIA DRUCKER (Rio de Janeiro, 1965) é doutora em Filosofia pela Duquesne University, professora do departamento de Filosofia da UFSC.

CLAUDIA DRUCKER

Depois de algumas semanas do início da guerra entre Israel e o Hamas, os países do mundo vão tomando posição. O mundo árabe se encontra dividido na resposta a Israel, uma vez que teme o fundamentalismo islâmico do Hamas. Boa parte do mundo, porém, elevou o tom das críticas a Israel. O Brasil foi um dos primeiros a se posicionar, tomando uma medida que assinala a percepção de uma agressão profunda. O governo brasileiro atual tem uma posição de claro apoio aos chamados povos do Terceiro Mundo, e o povo brasileiro, de modo geral, tende a simpatizar com os mais fracos na ordem mundial. Raramente um cidadão privado é imparcial diante de uma guerra. Países não podem ser imparciais, pois a imparcialidade é apolítica. A posição do governo brasileiro atual é, por definição, política. Não vai aí nenhuma condenação. O que a torna questionável é a imputação de atrocidades a Israel, ou a sua base moral.

O sentimento moral não pode ter um valor absoluto quando se discutem a guerra e a política, segundo Max Weber. Weber é o proponente da famosa tese sobre o desencantamento do mundo. O mundo secularizado e suas instituições políticas já não podem se apoiar em uma autoridade religiosa absoluta para tomar decisões de vida e morte. A Igreja Católica aceita a autoridade da biociência, ainda que proponha a sua própria ética sexual. A medicina e a política obedecem cada vez menos ao preceito religioso do respeito à vida tal como criada por Deus. Em linguagem weberiana, as esferas da vida se emancipam umas das outras. A arte (desde que não seja a arte engajada) é o domínio do estético, a moral é o domínio da discussão sobre o certo e o errado, e daí por diante. O que resta à política? Para Weber, ela já foi o domínio da autoridade, fosse ela tradicional ou carismática. A autoridade tradicional, o império do eterno ontem, garantia que a preservação do antigo era importante em vista do prestígio dos antepassados. A autoridade carismática (cujo tipo ideal é o Cristo) sublevava as formas tradicionais, legitimando-se por meio de um atributo especial concedido por um poder superior: o carisma. Para a política moderna, sobrou o domínio da força e, para

EXPEDIENTE

subtrópicos
REVISTA DA EDITORA DA UFSC AGOSTO 2014 #11

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Reitora **Roselane Neckel**
Vice-Reitora **Lúcia Helena Martins Pacheco**

EDITORA DA UFSC
Diretor Executivo **Fábio Lopes da Silva**
Conselho Editorial
Fábio Lopes da Silva (Presidente)
Ana Lice Brancher
Andréia Guerini
Clélia Maria de Mello Campigotto
Fernando Jacques Althoff
Ida Mara Freire
Luis Alberto Gómez
João Luiz Dornelles Bastos
Marilda Aparecida de Oliveira Effting

Editor **Dorva Rezende**
Planejamento gráfico **Ayrton Cruz**
Foto da capa **Ayrton Cruz**
Revisão **Aline Valim**
Gráfica **Natal**
Tiragem **1,5 mil exemplares**

Acesse a versão eletrônica da Subtrópicos no *site* da Editora da UFSC — www.editora.ufsc.br

editora ufsc

Campus Universitário — Trindade
Caixa Postal 476
88010-970 — Florianópolis/SC
Fones: (48) 3721-9408, 3721-9605 e 3721-9686
Fax: (48) 3721-9680
editora@editora.ufsc.br
www.editora.ufsc.br
www.facebook.com/editora.ufsc

o Estado moderno, sobrou apenas o monopólio legítimo da força. Mas esta não é um fim em si mesma. O uso legítimo da força se coloca ao serviço de finalidades definidas democraticamente e, por isso mesmo, sempre provisórias. Aí reside o drama da política moderna: que o seu propósito é sempre contingente, definido pela maioria.

Como saberemos se a maioria está correta a não ser de um modo puramente formal, isto é, que não averigua apenas se a vontade da maioria foi devidamente respeitada? A resposta de Weber é reticente. Vejamos o que ele diz sobre o político profissional. O político profissional é, por definição, alguém que está sempre em luta por alguma posição, diferentemente da burocracia do Estado, mas a sua orientação para saber qual o lado certo em uma luta é dada, segundo Weber, muito mais por um exame negativo do que por um positivo. Ele tem de abrir mão da vaidade e da vontade de poder pelo poder. O político profissional precisa de uma clareza excepcional sobre si mesmo e suas motivações, como consequência do seu sentido de responsabilidade.

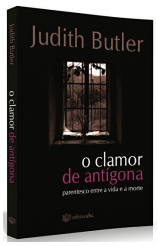
Quer se acredite ou não que o mundo em que vivemos é realmente desencantado e que a política só pode ser salva pela vocação, pelo menos as conclusões que Weber tira daí sobre a guerra são sensatas. Pode-se falar na imoralidade de crimes de guerra, mas não na imoralidade da guerra em si. Isso não significa que a guerra é um vale-tudo, em que qualquer atrocidade é justificável como um meio de alcançar a vitória. Em virtude do princípio da separação das esferas, as razões de ambos os lados têm de ser sopesadas politicamente. Na prática, isso significa não procurar qual lado tem a superioridade moral sobre o outro. O vitorioso não deve dizer que a vitória é a prova de que estava do lado correto. O contrário também é verdadeiro. O lado mais fraco não deve procurar o culpado por seu infortúnio, mas deve aceitar a derrota e negociar seus interesses com o vencedor, a quem a responsabilidade principal pelo futuro cabe. A apuração da culpa, portanto a ética, se dirige sempre ao passado. A política preserva a dignidade de ambas as partes e se dirige ao futuro. Quando a indignação moral intervém na discussão política, geralmente se transforma em negação dos direitos de um dos lados. A tristeza e solidariedades inocentes e puras, por si mesmas, não exigem ter razão. Quando a discussão política começa, deve-se reconhecer que a política se faz com a cabeça. O acordo justo não é necessariamente aquele que concede ao mais fraco, ou ao que sofreu mais, as suas reivindicações, só por isso. Em suma, Weber não condena os juízos morais, mas o seu uso político. Ele tem uma visão da guerra como o último recurso, e do *éthos* da guerra como sendo regido por uma coragem sóbria, que permite que vencedores e derrotados sigam adiante. Sem se perdoar ou amar, eles podem travar acordos de convivência futura.

A posição do governo brasileiro, à primeira vista, é de indignação moral. Um assessor especial da presidência da República qualifica o confronto atual como "genocídio" e não foi desmentido pela presidente. É no mínimo um desserviço à verdade dizer que Israel tem um plano para erradicar os palestinos da face da Terra. É irresponsável comparar a situação dos judeus na Alemanha nazista com a dos palestinos em Gaza, e até mesmo com a das nacionalidades iugoslavas sob os sérvios. Os judeus alemães eram cidadãos do Estado em que nasceram (coisa que os palestinos em Gaza não são), e ainda assim considerados racialmente inferiores e agressores do povo alemão. À parte a extrema direita, Israel não tem pretensões a Gaza. A coalizão ora no poder toma uma posição ambígua: prevê a possibilidade de um Estado palestino, mas reluta em ceder o controle das fronteiras. Existe um cenário de desconfiança mútua pelo qual Israel é bastante responsável, e que os seus radicais usam como argumento para não conceder uma soberania efetiva aos palestinos. De qualquer forma, a posição oficial de Israel neste momento é apenas a exigência da renúncia do Hamas a lançar bombas sobre o Israel e a cavar túneis sob Israel. O Brasil deve basear sua diplomacia sem se orientar pela noção de superioridade moral, ou de quem sofreu mais. Se há menos baixas do lado israelense, é porque Israel possui um sistema de interceptação e constrói abrigos para a população civil. O fato de Israel cuidar melhor da sua população civil não pode ser recebido como mais uma ofensa aos palestinos, mas antes com alívio, porque menos vidas se perderam.

O juízo moral é usado politicamente de forma consciente quando encobre as motivações reais dos agentes. O governo brasileiro só pode participar desse conflito como mediador, mas escolheu o caminho de aproveitar a ocasião para tentar liderar um bloco de países alinhados contra os Estados Unidos. Aí reside outro equívoco a grassar entre nós sobre esse confronto: o desconhecimento voluntário ou involuntário dos seus motivos sobretudo regionais. Nada é pior, tanto para israelenses quanto para palestinos, do que uma guerra por procuração entre os Estados Unidos e o fundamentalismo islâmico, ou entre Israel, de um lado, e todo o mundo árabe, com suas divisões profundas, do outro. Fazer dos palestinos apenas um peão no xadrez da geopolítica internacional (como, aliás, o fundamentalismo islâmico faz) é prejudicial aos interesses dos próprios palestinos. Muitos brasileiros não percebem isto, por desconhecer as peculiaridades de um pedaço do mundo distante de nós, ou por só saber defender os interesses brasileiros de uma maneira demagógica, responsabilizando os Estados Unidos automaticamente por todos os males da América Latina e do mundo. Escolher um lado não alija o Brasil do cenário diplomático internacional, mas recusar-se a considerar as razões de Israel o faz. ■

LANÇAMENTOS DA EDUFSC

LIVROS



O Clamor de Antígona: Parentesco entre a Vida e a Morte

autora: Judith Butler

Este livro, originalmente publicado nos Estados Unidos há uma década e meia, é um marco na obra de Judith Butler. Nele, está desenvolvido um dos eixos centrais de sua reflexão teórica feminista: a tensão entre as regras — representadas pelas leis do Estado — e o desejo dos sujeitos, expresso e vivido através de práticas sociais inovadoras e transformadoras. Antígona, personagem que por muito tempo perdeu espaço para Édipo nas interpretações da obra de Sófocles, foi retomada por teóricas e militantes feministas contemporâneas como um exemplo da revolta das mulheres e da luta contra o Estado. Judith Butler aqui vai além das leituras tradicionais, a partir de um intenso diálogo com Hegel e Lacan.

Mímesis: Desafio ao Pensamento

autor: Luiz Costa Lima

O título do livro significa que a revisão empreendida do conceito *mímesis*, tradicionalmente mal interpretado como correspondente ao latino "imitatio", mostra que o fenômeno analisado não se encerra nas fronteiras da arte verbal e pictórica, senão que, enquanto correspondência a algo anterior, de que, ao mesmo tempo, difere, é um desafio para o pensamento de fato reflexivo. Originalmente publicado em 2000, é considerado a peça capital da teorização que o autor empreende desde 1980. Sua capa, uma reprodução de *La tempestà*, de Giorgione, aponta para a análise que aí é feita do famoso e enigmático quadro.

Histórias na Ditadura: Santa Catarina (1964-1985)

autores: Ana Lice Brancher e Reinaldo Lindolfo Lohn

Existem muitos títulos sobre o golpe de 1964, mas bem poucos tratam de aspectos tão diversificados quanto este. No que diz respeito a Santa Catarina, é absolutamente inovador. O livro aborda a vida de vários grupos sociais durante diferentes períodos da ditadura no estado. Desenvolve tópicos ligados à política, à economia, aos costumes, aos problemas regionais, aos trabalhadores do campo e da cidade, ao meio ambiente, ao movimento negro, às relações de gênero e às comunidades indígenas. O peso das lideranças civis que aderiram ao regime e a recuperação de uma série de lutas e experiências locais em que ressoam outras experiências brasileiras e latino-americanas fazem desta obra uma importante contribuição à historiografia brasileira.

NOTAS UNIVERSITÁRIAS

- A EdUFSC acaba de fechar acordo com a Livraria Virtual da Fundação Getúlio Vargas para a comercialização de nosso catálogo em formato de eBook.
- O primeiro título publicado é *Introdução à Engenharia*, de Walter Bazzo e Luiz Teixeira. Para acessá-lo, clique em http://www.editora.fgv.br/

MARIA RACHEL COELHO/ CIDADANIAEJUSTICA.BLOGSPOT

Crianças na Escola Itaty, no Morro dos Cavalos, em foto de abril de 2013

Terra sagrada inalcançável

As mesmas forças que agiam contra o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro voltam-se, agora, contra a Terra Indígena Morro dos Cavalos e a Funai

CATIÚSCIA CUSTÓDIO DE SOUZA

A Terra Indígena Morro dos Cavalos, de ocupação tradicional Guarani, está mais uma vez em questão. Esse pedaço de terra, há décadas, vem sendo disputado numa luta desigual entre indígenas, governo, empreendedores e moradores locais. Nesta disputa imperam o progresso desenvolvimentista, a ignorância de políticos, o interesse econômico de advogados, a manipulação e a incitação à violência nas comunidades locais que circundam a Terra Indígena e, somados a tudo isso, o sensacionalismo barato e a desinformação da mídia. É neste contexto que gostaria de prestar algumas informações sobre a demarcação da TI Morro dos Cavalos e a desintrusão dos ocupantes não-indígenas.

Antes de tudo, é necessário que a sociedade catarinense conheça a história da ocupação e formação do povo e do território brasileiro atual. É recorrente na mídia a veiculação de que os indígenas que ocupam o território catarinense são oriundos do Paraguai. Neste sentido, vale registrar que o território da etnia Guarani abarca a região conhecida como Bacia do Prata, que ocupa uma área de 4,3 milhões de km² e se estende por porções das áreas argentinas, bolivianas, brasileiras, paraguaias e uruguaias, além das bacias litorâneas no sul e sudeste do Brasil.

A origem da ocupação indígena deste território é anterior ao "descobrimento" do Brasil, ou seja, ela é anterior a 1500. Mais precisamente, humanos que falam a língua indígena Tupi Guarani estão nesta região há mais de 3 mil anos, tendo contato com Europa há apenas 513 anos. Isso já seria o suficiente para compreendermos que os chamados índios, bugres, nativos, patrícios, entre outras denominações, são os povos originários de nosso país, os verdadeiros donos desta terra, apesar de a sua própria cosmovisão não acreditar na propriedade privada.

Os empreendimentos colonizadores impactaram e ocuparam o território indígena de forma irregular e arbitrária, conforme reconhece a Constituição Brasileira de 1988. Neste processo, novas vítimas foram criadas, os moradores não-indígenas que hoje se encontram em terras indígenas e que possuem todo o direito de ressarcimento e realocação de suas moradias. Direitos esses que devem ser assegurados e cumpridos pela União e pelos entes federados, no caso da TI Morro dos Cavalos, o Estado de Santa Catarina.

Para melhor compreensão do processo de demarcação desta terra indígena é importante rememorar as suas tramitações até agora. Inicialmente, o processo de demarcação foi iniciado em 1993, com a finalidade de identificar e delimitar não somente a TI Morro dos Cavalos, mas uma série de terras indígenas situadas no litoral do Paraná e de Santa Catarina. Em uma carta, de 17 de julho de 2000, os Guarani da região não concordaram com a proposta de limite de 121 hectares apresentada no relatório elaborado pelo grupo técnico coordenado pelo antropólogo Wagner de Oliveira, pois ela não atendia as necessidades dos índios e não compreendia as áreas de uso tradicional. Um novo estudo, coordenado pela antropóloga Maria Inês Ladeira, em 2002, resultou na declaração de reconhecimento de Terra Indígena pelo então ministro da Justiça, Tarso Genro , em 18 de abril de 2008.

A demarcação física foi concluída, apesar de os indígenas terem denunciado a depredação dos marcos da Funai e Ministério da Justiça. As placas de sinalização dos limites da TI Morro dos Cavalos também foram retiradas. Um crime contra patrimônio público federal que a Polícia Federal está averiguando. Resta o pagamento de benfeitorias consideradas de boa-fé, num total de 69 das 77 catalogadas. Quanto às não mais de dez famílias de maricultores, já há articulação com Ministério da Pesca e Incra para realocá-los. Alguns têm residências de veraneio na Enseada do Brito e vivem em outros municípios. Ainda há os moradores da região, que receberão por suas benfeitorias em valor corrigido pela medição realizada pela Funai, em 2010.

Há muitos interesses no Morro dos Cavalos. A região é protegida por montanhas, banhada pela Baía Sul, com projetos para instalação de marinas, hotéis, pousadas, restaurantes ou mesmo para especulação imobiliária. As nascentes de água potável já são exploradas em Santo Amaro da Imperatriz. As mesmas forças que agiam contra o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro voltam-se, agora, contra a Terra Indígena e a Funai.

A acusação de que indígenas e Funai investiram na demarcação do Morro dos Cavalos com interesses na duplicação da BR-101 é outra confusão midiática. Toda a população catarinense quer ver o trecho sem longas filas, inclusive os indígenas. O fato é que o DNIT definiu o traçado menos impactante com a instalação de dois túneis, evitando que a Ponta do Morro dos Cavalos se transforme numa ilha ambiental eterna. Desde a década de 1960, a BR-101 isolou o local, e os animais que vivem de um lado e de outro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro não conseguem cruzá-la. Dois túneis evitariam danos ambientais e são a opção indígena, declarada há anos. O processo está na mesa da presidenta Dilma Rousseff, que quer ver as obras prontas e o problema do trânsito resolvido. Já existem recursos do PAC para isso. ■

CATIÚSCIA CUSTÓDIO DE SOUZA (Criciúma, 1986) é historiadora e mestranda em Sociologia Política na UFSC. Texto publicado orginalmente no Desacato.

Se gênero ainda é considerado um tema menor na filosofia, isso é resultado das mesmas discriminações históricas com as quais as mulheres tiveram que lidar ao longo dos séculos de construção do pensamento ocidental

FOTO PROGRAMME EVE LE BLOG

Mulheres em pensamento

Juliette Stevez na peça *Olympe de Gouges, porteuse d'espoir*, peça de Annie Vergne e Clarissa Palmer, encenada no Théâtre Le Guichet Montparnasse, em Paris, em 2012

CARLA RODRIGUES

Até aqui, a "grande biblioteca do mundo" tem sido escrita por homens. Com o argumento, a feminista Carole Dely indica que uma das tarefas importantes do pensamento, a partir do século 20, é reconhecer que estamos todos — homens e mulheres — lidando com uma herança cultural falocêntrica. A entrada em cena de filósofas mulheres seria, seguindo o argumento de Dely, uma marca importante na história do pensamento, um ponto de virada a partir do qual pensar torna-se também pensar a partir de que referências geopolíticas, étnicas ou de gênero se faz filosofia. É neste sentido que *Filosofia: machismos e feminismos* (Editora UFSC), organizado por Maria de Lourdes Borges e Márcia Tiburi, chega como grande contribuição a uma história da filosofia que passa a ser escrita também por mulheres.

Assim, em 15 artigos de necessária multiplicidade temática, o livro chega como contribuição ao campo acadêmico filosófico brasileiro, ainda pouco permeável a questões de gênero. A maturidade das reflexões ali expostas indicam que, se gênero ainda é considerado um tema menor na filosofia, isso é resultado das mesmas discriminações históricas com as quais as mulheres tiveram que lidar ao longo dos séculos de construção do pensamento ocidental. Destaco, por isso, o capítulo "O feminismo na história: duas ondas e desafios epistemológicos", da pesquisadora Magda Guadalupe dos Santos (PUC-MG), um exercício de fôlego para recuperar as marchas e contramarchas da lutas de mulheres exemplares, como a francesa Olympe de Gouges ou a inglesa Mary Wollstonecraft. Importante pesquisadora da obra de Simone de Beauvoir no Brasil, Magda Guadalupe dos Santos retoma as três ondas do feminismo, e o faz de forma a permitir a/o leitor/a a contextualização do momento histórico em que, ao final de 1949, a filósofa francesa escreve "Não se nasce mulher, torna-se mulher", a frase icônica do feminismo no século 20. Se este é um artigo central no livro, é por sua confrontação com aquilo mesmo que constitui o feminismo: diversidade, pluralidade, performatizando assim uma outra forma de fazer pensamento, política e filosofia.

Textos sobre corpo e sexualidade confirmam essa necessidade de a mulher reescrever as teorias sobre ela, como tão bem explicita o artigo de Márcia Tiburi, "O aborto como metáfora". Ali, a autora vai ao ponto cego do debate político que ainda impede a descriminalização do aborto: são leis escritas por homens, que legislam sobre o corpo das mulheres. "A mulher é reduzida ao seu corpo, e a única potencialidade que interessa é a de que pode ser mãe", escreve Márcia Tiburi, ecoando aqui um dos motores da teoria feminista, a exigência ético-política de dissociação entre natureza/mulher e cultura/homem.

O corpo como lugar contraditório do feminino aparece no artigo de Maria de Lourdes Borges, em um debate com o célebre texto kantiano — "Observações sobre o belo e o sublime" — no qual o filósofo da universalidade ignora a contradição entre propor uma ideia de universalidade que parte da premissa da exclusão das mulheres. Ao relacionar a mulher ao belo, Kant, como observa a autora, "não nega a relevância de seu papel na sociedade, nem a reduz a um papel doméstico. Ela deve frequentar os salões e deixá-los mais leves com sua presença, servindo de contraponto à seriedade dos assuntos masculinos". A partir daí, Maria de Lourdes Borges atravessa o debate contemporâneo sobre o controle do corpo da mulher tendo como premissa o ideal de beleza que dele se exige.

A leitura do livro permite ainda a percepção de quantos temas foram relegados ao segundo plano por serem considerados "menores" na filosofia — trabalho doméstico, sexualidade, prostituição — enquanto esta foi escrita principalmente por homens. *Filosofia: machismos e feminismos* anuncia a boa nova, tal qual se lê no artigo que encerra o livro. Em "Quem é Ulisses?", a pesquisadora Virgínia Figueiredo (UFMG) parte de um tema fundamental para o pensamento contemporâneo — *quem vem depois do sujeito?*, pergunta feita por Jean-Luc Nancy em 1989 e então respondida por um grupo de filósofos, entre os quais Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Jacques Rancière, Alain Badiou e o próprio Nancy. A pergunta sobre a subjetividade, pontua Virginia Figueiredo, foi respondida por uma mulher, Clarice Lispector, em Ulisses, personagem de *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*: "Não posso me perguntar 'quem sou eu' sem ficar perdido". Em torno dessa pergunta, nós, mulheres, estamos transformando a perdição em experiência de pensamento. ■

CARLA RODRIGUES (Rio de Janeiro, 1961) é professora de Filosofia (PPGF/UFRJ), mestre e doutora em Filosofia (PUC-RIO), com pesquisa de pós-doutorado no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/Unicamp). É autora, entre outros, de *Coreografias do feminino* (Editora Mulheres, 2009) e *Duas palavras para o feminino: hospitalidade e responsabilidade* (NAU Editora/Faperj, 2013).

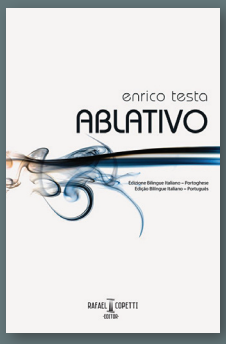
ENTREVISTA

GIULIO EINAUDI EDITORE/ DIVULGAÇÃO

Poesia aporética

PATRICIA PETERLE

Professor na Universidade de Gênova, cidade em que nasceu, em 1956, o poeta e crítico literário Enrico Testa esteve em Florianópolis, em março deste ano, para participar de um congresso internacional dedicado à poesia italiana na UFSC. Em maio, saiu pela Rafael Copetti Editor a tradução que fizemos (Silvana de Gaspari, Andrea Santurbano e eu) de *Ablativo*, livro que na Itália ganhou importantes prêmios literários. Nesta entrevista, Testa, uma das grandes vozes da poesia italiana contemporânea, fala da relação entre existência e escritura, da arte de se esquecer de ser professor e poeta, e de sua obra contundente, uma gramática não normativa de *flashes* da vida, cenas cotidianas, situações inesperadas e paisagens diversas.



Subtrópicos | **Como Enrico Testa se apresentaria aos leitores brasileiros?**

Enrico Testa | Um dos maiores autores do final do século 20, Winfried Sebald, uma vez definiu alguns escritores, particularmente amados por ele, como figuras afetadas por "aquele estranho distúrbio do comportamento, que força a transformação de todos os sentimentos em palavras escritas e que, mesmo tendo como alvo a vida, consegue sempre, com surpreendente precisão, errar o centro". Pode parecer uma fórmula decepcionante e, talvez, um pouco deprimente, mas por ter em si o sentido do limite e da fragilidade, o repúdio de toda onipotência, a percepção de uma "falta" compulsiva e originária e, enfim, por colocar em evidência a relação entre vida e escritura, parece-me acertada e persuasiva. Gostaria de pertencer, com a minha poesia, a essa família de escritores e de me apresentar com esse "cartão de visita".

Subtrópicos | **Como se integram e se diferenciam as atividades de professor e poeta, quem sabe até a de bibliotecário, sempre nos castelos de papel e na babel dos livros?**

Testa | Por razões que podem ser facilmente imaginadas, as minhas atividades que prevalecem são, pelo menos do ponto de vista cotidiano e quantitativo, as de professor e de historiador da língua. Abaixo ou ao lado, está a escritura em versos, que para mim é mais próxima da minha desordenada identidade, pelo simples motivo de estar relacionada aos fatos da minha existência. No fundo, escrevo poesias só para procurar entender esses mesmos fatos ou, com os pés "na terra", para lembrá-los. Esperando que, lá no fundo, a minha recordação coincida com ou se aproxime de uma lembrança, ainda não expressa, do leitor, e que também seja semelhante às dele pela experiência, sentimento ou valor. As relações entre as duas atividades para mim continua sendo um mistério. Para além de um óbvio fio de continuidade entre elas e de poucos pontos de contato (certas obsessões temáticas), parece-me que cada uma segue o seu caminho. Por outro lado, o que há de mais insuportável em um professor que se comporta como "poeta"? Talvez um poeta que nunca se esquece, enquanto escreve versos, de ser professor. Por sorte, frequentemente, me esqueço tanto de um quanto do outro.

Subtrópicos | **É possível pensar em Enrico Testa como um poeta da comunicação, entendida aqui como espaço de contiguidade, do outro, isto é um contato e um contágio?**

Testa | Sempre senti bem distantes da minha ideia de escritura dois êxitos que, pelo menos no passado, eram muito frequentes. Um é a poesia vista como jogo verbal, artifício de enigmas ou reedição de práticas de vanguarda já esgotadas. O outro é a poesia concebida como forma de pronúncia "absoluta", que quer, a todo custo, ver na obscuridade um valor. Ao invés disso, penso a poesia como busca por um ponto de convergência, linguístico e "sentimental", com o leitor. O que não significa minimalismo negligente, italiano pobre ou submissão aos mitos da sociedade de comunicação, mas significa, sobretudo, que o "partilhar a vida" esteja na origem da escritura e da tensão no contato com o outro. Colocar-se "entre" a língua de todos e uma invenção verbal nunca exibida traz consequências linguísticas inevitáveis. De um lado, no plano imaginativo e teórico, a convicção de que quem escreve, melhor dizendo, o eu textual, e quem lê não respondem a um *identikit* preciso, a uma nítida individualização; de outro, o fato de ambos se colocarem no espaço que se distende entre ninguém e qualquer um. Só nesse interstício há esperança de dar voz a alguém e de encontrar, no murmúrio ou no silêncio, alguém que escute.

Subtrópicos | **A poesia pode ser vista como um contato, uma relação? No final de uma de suas palestras na UFSC, em março de 2014, o senhor afirmou: "uma poesia que poderia ser definida como uma prática da paciência e da atenção". Como entender essas práticas?**

Testa | Não é fácil, também para mim mesmo, esclarecer o princípio ou poética lembrada na pergunta. Mas quero tentar, sendo o mais claro possível, dentro dos meus limites. A escritura da minha poesia nasce talvez de um distanciamento de si mesmo, de um deslocamento, num outro lugar sempre bem concreto e sem nada de "metafísico", em que o sujeito percebe, no cruzamento de vozes e relações, a descoberta de um novo destino, mesmo que contraditório: hipótese de sentido e fragilidade, consciência dos limites do tempo e tensão em relação ao outro. Nessa trilha, escrever é também um ir a pé, a paciência e a atenção são essenciais. Portanto, com uma fórmula sintética, usada por Enrico Capodaglio, num texto que me ensinou muito: "uma clemência natural" por parte do eu textual — é melhor que o eu empírico se cale — em relação a tudo o que está ao seu redor. Vigilância, mas também capacidade de se adaptar. Colocar-se mais no declive das coisas do que apostar no topo, com um escopo imperativo. Daí olhar não tanto para o instante ou para o evento, para o clique fulminante ou para o "milagre", mas sim para as transições também imperceptíveis, para as lentas e silenciosas inversões, para a fluidez. Sem forçar as coisas, com um espírito um pouco "chinês". Sem impor nada. Descartando, assim, o modo predicativo e não respondendo mais ao princípio de não-contradição: uma coisa é isso e, ao mesmo tempo, não-isso. A poesia é, para mim, portanto, uma figura da aporia. E para "tolerar" a aporia, a atenção e a paciência são necessárias.

Subtrópicos | **Seus poemas são orbitados por lembranças, lugares e pessoas que deixaram marcas, por momentos cotidianos, mas também especiais. Como é essa relação com o passado, com aquilo que não existe mais, mas que de algum modo ainda resta?**

Testa | Retomando o discurso anterior, sobre o movimento de distanciamento de si como elemento unificador possível da minha escritura poética, é possível pensar — mas, sempre em retrospectiva — que o tema da memória possa entrar nesse mesmo quadro. Olhar para trás é um distanciar-se do presente e do eu que ele habita, para reencontrar figuras e cenas desaparecidas, perceber a falta delas, tentar um diálogo paradoxal ou impossível e mensurar as nossas relações e fazer contas — equivocados afetos, olhares e lutos irreparáveis — com quem não está mais presente. Uma passagem no tempo em que o si de hoje se modifica inelutavelmente e quase sem querer. Ao lado desse aspecto, há outro que não se deve desprezar: reevocar é dar forma a um rito. Um rito, justamente, evocativo no qual se concentram práticas e movimentos simbólicos que, apagados pelo atual regime da velocidade, talvez só a poesia possa — semelhante ou contígua nisso a certas formas representativas das chamadas culturas étnicas ou "primitivas" — reativar, enriquecendo de partículas de sentido (um sentido inatual, mas precioso), a nossa experiência do mundo.

Subtrópicos | **Uma pergunta relativa à língua. Como já dizia Barthes, texto quer dizer tecido, textura. É algo de poroso, não pode ser um véu transparente e todo acabado. Nesse sentido, a poesia é também comunicação de um comunicável, para recuperar os versos finais do poema dedicado a Sanguineti: "Pouco, mas servem/ mesmo se para quem e para o quê, eu não sei"?**

Testa | Só dois pontos sobre esse tema muito importante. O primeiro: talvez seja o caso de se começar a tomar distâncias da visão negativa e "funerária" da linguagem, que tanto caracterizou o século 20; ou seja, da ideia de que as palavras "matam" o objeto, são máscaras e ficções ou estéreis figuras da incomunicabilidade. Sem prever nenhum salto "metafísico", transcendente ou sem se abandonar às nostalgias do *logos*, a linguagem é, junto com o rosto, um dos poucos fios que nos ligam um ao outro. O diálogo de todos os dias, a palavra amorosa, a interjeição e a simples tirada regem a trama de uma relação e de um apelo em todos os seus variados aspectos, mesmo sendo frágeis ou desfiados. Para recuperar as palavras de Lévinas: "o Dizer não é um jogo [...] é proximidade de um a outro, comprometimento com a aproximação, a significância mesma da significação". E ainda, "a obra solitária de um poeta", que se funda na linguagem, é "o ato de desentocar um cara a cara", um sinal, que traz consigo o seu destino de incompletude, feito para o outro. O segundo ponto é que se deveria começar a pensar que, quando se escreve ou se fala, não se trata nunca de uma única relação entre emitente e destinatário. Há sempre uma terceira figura. E essa terceira figura, no meu caso, o italiano, deve ser tratada, por assim dizer, como uma pessoa; isto é, com o respeito que se dá a uma pessoa. Digo isso diante de muitos casos de "ofensa da língua" que, perpetrados em vários níveis, do midiático ao universitário, com as suas transbordantes burocracias, parecem querer ocultar a tradição e a história da língua italiana. Contudo, uma língua que não se "escuta" nas suas várias formas, ainda hoje, acaba tendo a sua história reduzida a um gélido invólucro de celofane, com o qual se empacotam as notícias, as ordens, os comunicados, os movimentos financeiros e as sugestões de compras. E nada mais. Uma língua para uma multidão de consumidores e não para os componentes de uma comunidade.

Subtrópicos | **Sanguineti, Sereni e Caproni, ou ainda Montale e Pascoli, são nomes da tradição poética italiana que gravitam em seus versos. Que diálogos estabelece com a poesia em língua italiana ou com a de outras tradições culturais?**

Testa | Não acredito que, com raríssimas exceções, exista uma poesia (pelo menos na tradição ocidental) capaz de nascer sozinha, pura e absoluta, sem um diálogo com a tradição, recente ou remota, nacional ou estrangeira. No fundo, se escreve também porque outros escreveram antes de nós e porque outros depois de nós também irão escrever. Um tecido de vozes que, entrelaçadas na mesma urdidura da existência, procuram um sentido e alojam uma memória; e que talvez, constituam, para além das questões de mercado, o princípio sobre o qual se rege a literatura. Uma tendência bastante disseminada hoje, na Itália, ao contrário, é a de que para escrever versos basta a "inspiração", com as consequentes falanges de poetas que, na verdade, não leem nem textos da tradição poética nem textos, muitas vezes os mais importantes, de outros gêneros como o narrativo, o histórico e o ensaístico. Enfim, escreventes não-leitores, um fenômeno sociológico para o qual a civilização dos consumos e a endêmica difusão dos vários meios de comunicação de massa muito contribuem.

Subtrópicos | **Para concluir, que impressão ficou de sua estada no Brasil em março de 2014, entre São Paulo e Florianópolis? Quais são as lembranças que levu para a Itália?**

Testa | Depois de um período tão breve é difícil não cair em lugares comuns do turista apressado ou do sociólogo armador. Ainda mais diante de um país que é, na realidade, por extensão e variedade de paisagens e situações, um continente. O que mais chama a atenção é a contradição, sobretudo em São Paulo, entre riqueza e pobreza, entre ostentação do luxo e os desamparados que vivem nas ruas. Uma injusta distribuição dos recursos, que alguns poderiam interpretar como uma herança do passado, mas que é também suscetível a uma outra leitura: não será o paradigma, a alegoria antecipadora de um mundo que, misturando supermodernidade e arcaico, é, como aparece por meio de tantos outros sinais, se não houver mudanças radicais, o futuro? Com uma rapidez nas transformações sem nenhuma pausa. Por outro lado, já Lévi-Strauss, em *Tristes trópicos*, falava de São Paulo como de uma cidade que, "sem parar na maturidade", passa diretamente "do novo ao decrépito", renovando-se em continuação. Mas, ao mesmo tempo, numa outra versão do meu pensar aporético, a pequena porção de Brasil que vi me transmitiu um princípio precioso resumível da seguinte forma: a variedade (de povo, etnias, plantas, animais...) é, contra qualquer monismo sufocante, uma qualidade necessária à existência de todos, um recurso ao qual não se pode renunciar. Enfim, duas imagens: as árvores gigantescas e o Atlântico, com as suas grandes ondas que se quebram na praia. Duas imagens que, normalmente, recorrem nos meus sonhos e me confortam. ■

invece di spolverare i mobili
Virginia prende la porta
s'avvia verso i campi
arriva all'acqua
e, due grosse pietre in tasca,
cerca il naufragio
a pochi passi da casa.
Ma anche qui
nel buio che l'accoglie
— i pesci guizzanti
le alghe verde-marroni
la melma sul fondo —
brilla qualcosa
che dà luce al mondo

ao invés de tirar o pó dos móveis
Virgínia sai pela porta
vai em direção aos campos
chega à água
e, duas grandes pedras no bolso,
procura o naufrágio
a poucos passos de casa.
Mas, aqui também,
no escuro que a acolhe
— os peixes deslizantes
as algas verde amarronzadas
o lodo do fundo —
algo brilha
que dá luz ao mundo

(TESTA, Ablativo. Trad. Patricia Peterle, Silvana de Gaspari, Andrea Santurbano. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014, p. 112-113)

PATRICIA PETERLE (Rio de Janeiro, 1974) é doutora em Estudos Literários Neolatinos pela UFRJ, professora de Literatura Italiana na UFSC, autora de, entre outros, de *Ignazio Silone: encruzilhadas entre literatura, história e política* [Comunità, 2011].

JULIA STUDART/ DIVULGAÇÃO

Reorientações: a geografia de Manoel Ricardo de Lima

Dois livros que se aproximam e, desafiadoramente, expõem a inter-relação entre experiência e construção da paisagem

JOSOALDO LIMA RÊGO

É como se estivéssemos olhando uma fotografia aérea, com a vertigem e o espanto de uma catástrofe ou de um acidente qualquer diante dos olhos. É uma reorientação de noções de espaço e de paisagem. É quando deparamos com os escritos da geógrafa Doreen Massey e do filósofo Jean-Marc Besse falando sobre espaço como resultado de interações do global com o intimamente pequeno, ou da paisagem fruto de um humanismo que é o prolongamento dos devaneios da terra. São os dois lançamentos de Manoel Ricardo de Lima, *A forma-formante: ensaios com Joaquim Cardozo* (Editora da UFSC) e *Geografia aérea* (7Letras), que se aproximam e, desafiadoramente, expõem a inter-relação entre experiência e construção da paisagem. Se no livro de ensaios vemos uma leitura sobre o espaço aberto no pensamento do poeta-engenheiro-agrimensor pernambucano Joaquim Cardozo, no livro de poemas a experiência do *estar-no-mundo* se apresenta por meio de *cacos de imagens, de falas, de causos, de memórias*, como alerta Annita Costa Malufe. Para o poeta Manoel Ricardo de Lima, *o mundo se divide em quarto, rua e paisagem*. (e mais: deserto, memórias, gravuras e pensamento). Estamos diante da geografia ciência da memória, do espaço corpo-território.

Longe da morada-prisão

O mundo é um evento assustador, destrutivo. A força modernizadora empreendida por corporações tem arrastado quase tudo para o espaço-prisão da mercadoria. A casa, a rua, a cidade como espaços onde a materialidade é revelada por meio da forma/função. Quando Manoel Ricardo de Lima rastreia o percurso intelectual de Joaquim Cardozo, uma centelha acende, se mostrando que o espaço-tempo — seu horizonte — representa (como projeto) a possibilidade de existência de uma arquitetura para o homem. Joaquim Cardozo é revelado como um poeta em busca do espaço aberto, do universo indivisível: *O fato é que Joaquim Cardozo aponta para um devir do poema como uma preocupação a uma outra proposição do espaço, outra concepção de pensamento do espaço, pelo deserto [A forma-formante]*. Os significados (culturais) de elementos da paisagem são pensados como formas constituintes de uma espécie de supra-regionalismo pautado pela imaginação: *um suplemento para esta questão do espaço como uma condição imaginativa, um uso da imaginação como política para uma existência possível, é quando amplia o ermo do sertão nordestino numa planície ao sem fim da história, é quando sugere que a cerca pode assumir o lugar de fronteira, da vizinhança e, também, por que não, da linha deserta que arma um poema [A forma-formante]*.

Nuvens, gravuras e viagens
A fluidez é a condição da vida
Alexander von Humboldt

a cidade morre
e reclama sua
antiga geometria
(*Geografia aérea*)

O desenho de Silvio Ferraz na capa de *Geografia aérea* lembra um bordado, linhas traçadas sobre um pano. Talvez lembre uma representação cartográfica, a imagem aérea de uma cidade vista à noite, linhas, pontos ligados e a forma. Uma topografia distraída, absorta. O corpo de *Geografia aérea*, o mundo intelectualmente traçado por um assombro, os olhos e os sentidos todos em movimento: imaginação e viagem. A marca da viagem: a temporalidade em "manhã":

ontem
foi o berro
da máquina

esta manhã
: o berro
das bombas

respingo
verão e
porta aberta

boas vindas
a quem custa
chegar

e a espacialidade, o desdobramento e a simultaneidade de acontecimentos em "cartão-postal":

olhe bem para este
cartão-postal, é
uma reprodução
é uma ideia de filme
:
pode lembrar

o visível ainda
não é
uma imagem

fazer figuras no espaço
numa caligrafia remota
e anotar toda a viagem

esta é a primeira catástrofe

morremos
agudos
sem
dizer
nada

,
nem saudade

Num poema como "piauí" [p. 83], o que arrebenta no céu da boca é ainda a presença da viagem (além do carro e joelhos estilhaçados). A paisagem é a primeira memória do sopé do vulcão. A viagem que se faz longe da morada-prisão. Não é estranho que a presença de Goethe marque o início do belíssimo "Quando todos os acidentes acontecem" [p. 81]. As cores da viagem de Goethe — que assombraram a imaginação de Alexander von Humboldt e, tempos depois, a do jovem poeta brasileiro Sousândrade em Paris — parecem a busca de uma totalidade/mundo, de sua fluidez. Assim como no exercício de interpretação do universo poético e intelectual de Joaquim Cardozo, Manoel Ricardo de Lima recorre a pequenos acidentes cotidianos para desvelar a magnitude do terremoto que abala a vida. ■

JOSOALDO LIMA RÊGO (Coelho Neto, 1979) é doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo e professor da Universidade Federal do Maranhão. Poeta, é autor de *Paisagens Possíveis* (7Letras, 2010), *Variações do Mar* (7Letras, 2012) e *Máquina de Filmar* (7Letras, 2014).

Rob Brydon, como o capitão Toby Shandy, e Steve Coogan, na peruca de Tristram, no filme *A Cock and a Bull Story* (2005), dirigido por Michael Winterbottom

BBC FILMS/BABY COW PRODUCTIONS

A vida sexual de minha gata

O romance e a vida de Tristram Shandy se dão no campo das possibilidades. O protagonista pode ser pouco afeito às coisas do sexo, mas está totalmente aberto a ele, como um homem doente que está de peito aberto para a volta da saúde, e já a prefigura na doença

HERON MOURA

Tenho uma gata chamada Max, que recolhi da rua. Ela ainda preserva o caráter de gata de rua, e dorme fora de casa. É um felino dócil e quieto. Curiosamente, embora não seja castrada, nunca exibiu sinais de cio e nunca foi vista com outro gato. O que fará de suas noites? Nunca contratei um detetive para investigá-la. Não posso assegurar nada sobre a vida sexual dela na escuridão.

Estou falando de Max, mas na verdade quero falar de *Tristram Shandy*, grande romance do escritor inglês Laurence Sterne (1713-1768). Tristram Shandy é um Quixote sem nenhuma aventura: as suas peripécias se passam no ambiente doméstico, na casa da família. Os outros personagens mais importantes são seu pai, o tio Toby, o empregado do tio, chamado Trim, e o vigário Yorick. Tem também a mãe, mas ela não é muito relevante na história. Há algumas personagens femininas esporádicas.

A maior peripécia da vida de Tristram Shandy foi nascer. De fato, embora o romance se intitule *A vida e as opiniões do cavalheiro Tristram Shandy*, ele só nasce lá pela metade da narrativa. Machado de Assis era grande leitor de Sterne. Mas, ao contrário de Brás Cubas, que narra sua vida depois de morto, Tristram Shandy narra sua vida antes de nascer.

E tinha tudo para dar errado. O pai, como Quixote, vivia enredado num mundo de ideias e leituras, e acreditava que a força do pensamento se transmitia no sêmen e permitia a geração de um filho. Quanto mais concentrado o homem estivesse no ato de procriação, mais saudável e inteligente seria o filho gerado. Por azar, bem na hora da coisa em si, a mãe de Tristram pergunta se o pai tinha dado corda no relógio da sala. Isso, tristemente, distrai o pai, e a ideia do filho passa rala pelo sêmen.

Além disso, no parto, o fórceps agarra o nariz de Tristram, que fica achatado como uma panqueca. No romance, é muito claro que o nariz masculino representa o pênis (embora Tristram afirme que um nariz é apenas um nariz). Há um conto hilariante, inserido no romance, de um viajante de nariz enorme que chega em Strasbourg e deixa esta cidade em polvorosa. As mulheres desejam todas checar e apalpar o enorme nariz.

Mas o nariz de Tristram era minúsculo. Como se não bastasse, ainda pequeno, uma janela do tipo guilhotina cai em cima do pintinho de Tristram, numa circuncisão violenta e pouco judaica.

Com este histórico de traumas, a sexualidade de Tristram é reduzida ao mínimo. No entanto, um dos grandes mistérios deste romance do século XVIII é que ele irradia uma carga erótica muito grande. Há histórias claramente escabrosas, como a do homem do nariz gigante. Como conciliar essa vitalidade erótica com um personagem quase capado, que vive num ambiente doméstico de homens que passam os dias conversando?

Uma leitura moderna de Tristram tende a ver nele a representação do homem fracassado na sua masculinidade, incapaz de enfrentar a ameaça que o corpo feminino representa. O amor é negado e sublimado pela palavra. O romance toca nesse vazio que há entre a mente do homem e o corpo da mulher.

Mas não o vejo assim. Acho que não há esta incompatibilidade entre uma vida restrita e uma narrativa aberta para o sexo. O romance e a vida de Tristram Shandy se dão no campo das possibilidades. O protagonista pode ser pouco afeito às coisas do sexo, mas está totalmente aberto a ele, como um homem doente que está de peito aberto para a volta da saúde, e já a prefigura na doença.

Tristram Shandy possui uma carga de alegria que dissolve as limitações da vida. O autor Laurence Sterne era um vigário meio fracassado, que estava doente quando escreveu o romance. Modernos e freudianos, temos dificuldade em aceitar esta alacridade de adolescente, que o livro exala. O nome Tristram é um equívoco: ele foi batizado assim por engano de sua babá. Ele não tem nem nome, nem nariz apropriados, mas exala vitalidade.

Como podemos saber o que Tristram fazia à noite? Ele não conta nada de especial, mas seria o mesmo que esperar que a minha gata Max contasse o que ela faz à noite. Agradeço o título deste texto, que foi sugerido por L. Ela achava que um título como "A vida sexual de Tristram Shandy" não ia interessar a ninguém.

HERON MOURA (Recife, 1963) é professor de Linguística na UFSC e poeta, autor de *Pergaminho* (EdUFSC, 1987), *Vendedores de Sonho* (Nankin, 1999, Prêmio Minas Cultura) e *O respirante* (Editora 7Letras, 2006, Prêmio Goyaz de Poesia).

FOTOS ANDREI STENIN/ RIA NOVOSTI

Ucrânia: uma nova guerra fria?

Basta um pouco de análise histórica sobre as divergências atuais no país do leste europeu para sentir a presença de um jogo de realpolitik *no qual não prevalecem valores, mas tão somente interesses*

BERNARDO DE AZEVEDO BRITO

A questão da Ucrânia vem ocupando as atenções de governos, diplomatas e comentaristas da imprensa internacional desde que a Rússia, acatando o desejo da população da Crimeia manifestado em referendo, absorveu na Federação comandada por Moscou a península que no século 18 havia sido conquistada por Catarina, a Grande.

A questão, que já se havia agravado quando a população de etnia russa da Ucrânia oriental mostrou igualmente ter o desejo de se unir à Federação Russa, passou a ser foco de atenção ainda maior quando um avião da Malaysia Airlines foi aparentemente derrubado por míssil disparado por milícias que procuravam fazer avançar a causa da autonomia das populações de etnia russa da Ucrânia oriental. Não me detenho na tragédia do avião, pois nas guerras a origem dos armamentos não costuma levar a conclusão alguma — e, quando leva, logo se vê que o Ocidente não está por vezes isento de culpa e que, de qualquer forma, o comércio de armas não tem ideologia e os indícios não são sempre confiáveis. Afinal, quem não se recordará da tragédia ocorrida em 1988, quando um míssil do cruzador USS Vincennes derrubou um avião da Iran Air? Por outro lado, qualquer movimento rebelde que se preze terá nos dias de hoje os seus AK-47s, uma arma famosa desde os tempos soviéticos. A pretensão dos ucranianos de etnia russa de ver os seus territórios incorporados à Federação Russa não representa a primeira instância na qual um grupo étnico procura de alguma forma exercer a autodeterminação: o mesmo está acontecendo na Europa em países como a Espanha, o Reino Unido e a própria Itália. No Oriente Médio, temos o caso não menos significativo dos curdos. Os graus podem ser diferentes e as modalidades diversas, mas o objetivo último é o mesmo, ou seja, escapar de uma soberania para ganhar espaço próprio ou dar vazão a afinidades étnicas.

Trata-se de situação delicada, pois estão em jogo princípios conflitantes, com a integridade de Estados sendo contestada na sua soberania por populações que desejam que lhes seja reconhecido o direito à autodeterminação, por vezes contrariando tratados de que elas não foram parte. Na Escócia, um referendo está por ocorrer, com vistas a determinar se a população local deseja que a região continue a fazer parte do Reino Unido. Na Espanha, para mencionar mais um entre muitos exemplos, os catalães almejam que lhes seja permitido também definir o seu destino; os bascos espanhóis têm aspirações semelhantes. O caso das populações de etnia russa da Ucrânia oriental, que representa uma variação do mesmo tema, vem recebendo, contudo, na maioria dos países do Ocidente, um tratamento bem diferente, e crítico, de modo inclusive a levar a Federação Russa a ser objeto de sanções progressivamente mais severas, sob a alegação de que Moscou estaria dando ajuda às milícias que apoiam as populações de etnia russa no seu desejo de que as regiões onde vivem passem à soberania da Rússia. Por que essa diferença? A simples presunção de que a Rússia possa ter um interesse de princípio na união, sob a sua bandeira, de populações de etnia russa que no passado integraram a "Nova Rússia" dos tempos de Catarina, a Grande, não pareceria ser razão suficiente, na falta de provas de uma intervenção direta de Moscou, para justificar a cruzada que está sendo montada contra Putin e o seu governo. A Ucrânia, de sua parte, não dá sinais de acatar a ideia de uma federação suficientemente flexível para acomodar todos os cidadãos do país — como pareceria ser a solução natural e lógica.

É bem verdade que o irredentismo germânico, que precedeu a Segunda Guerra Mundial, deixou um gosto amargo em relação, por exemplo, às ambições de Berlim *vis-à-vis* os alemães dos Sudetos, e que a situação da minoria russa da Ucrânia oriental traz à lembrança outros grupos que, na Europa, ficaram separados dos seus irmãos de etnia — como no caso das populações húngaras que os tratados de paz, concluídos após a Primeira Guerra Mundial, confiaram aos países que cercam a Hungria de nossos dias. Uma reflexão sobre o tema seria interessante, e caberia recordar que os mesmos países da OTAN ora engajados em impor sanções contra a Rússia de Putin — sem passar, por sinal, pelo crivo do Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde seriam, obviamente, objeto de veto — não titubearam no passado em apoiar Kosovo no seu pleito de se separar da Sérvia. Haveria porventura uma diferença tão essencial entre as pretensões de quem deseja a independência sob a forma de um novo Estado e de quem aspira a se reunir à mãe-pátria dos seus ancestrais? Seria possível afirmar que o mérito de reivindicações separatistas depende do país que se julgue prejudicado, ou o que era bom numa situação possa passar a ser mau em outra? No caso do qual nos ocupamos, as divergências em torno da temática da Ucrânia mereceriam uma análise da perspectiva quer dos países liderados pelos Estados Unidos, quer da Ucrânia e da própria Rússia, quer ainda dos interesses das populações que, bem ou mal, procuram de certo modo reescrever a história — e a conclusão será, muito possivelmente, de que se está na presença de um jogo de *realpolitik* no qual não prevalecem valores, mas tão somente interesses. Começando pelas populações da Ucrânia de etnia russa, pareceria difícil contestar os fundamentos da sua preferência em procurar se unir ao seu grupo étnico maior; a história, contudo, não é feita necessariamente de maneira lógica ou coerente, e será fácil argumentar que não é possível corrigir, seja na Europa seja na África por exemplo, todos os traçados fronteiriços que pareçam menos explicáveis. Ajustes de fronteira são raros, e em geral só ocorrem no contexto de tratados de paz que se seguiram a conflitos maiores.

A apreciação do problema da perspectiva dos outros atores envolvidos leva mais a indagações do que a respostas. Enquanto seria possível especular que a posição dos Estados Unidos, em particular, se identificaria com o desejo de atalhar o esforço de Putin em recuperar a influência que Moscou perdeu com a desintegração da antiga URSS, a atuação da União Europeia responderia ao desejo de acolher mais um país-membro, com notável potencial agrícola e industrial. No primeiro caso, estaríamos diante de uma estratégia de poder; no segundo, em face do desenvolvimento natural de um processo de integração

que começou em 1958, e que recomendaria cautela ao ser atingida agora uma área periférica da Europa por muitas razões sensível. Para os russos, que ora encontram no "putinismo" uma estranha mistura de nacionalismo mesclado com religião e conservadorismo, não haveria possivelmente justificativa ou lógica nas sanções aplicadas a Moscou, ou nas admoestações para que a Rússia normalize as suas relações com um governo ucraniano que resultou, em última análise, de um golpe, ainda que com o respaldo da população do oeste da Ucrânia; eles poderiam ver as sanções como uma presunção de culpa não baseada em fatos comprovados, e as admoestações como algo análogo a uma hipotética iniciativa para mostrar a Washington como os Estados Unidos, na questão dos fluxos migratórios, deveriam proceder em relação às reivindicações do México e demais vizinhos da América Central. Pelo visto, as razões não estão todas de um lado só, e caberia recordar que, embora a Guerra Fria tenha terminado, Washington e Moscou têm ainda as suas áreas naturais de influência, e estão sendo precisamente as interferências da OTAN na periferia da Rússia que estão na origem dos problemas de hoje na Ucrânia.

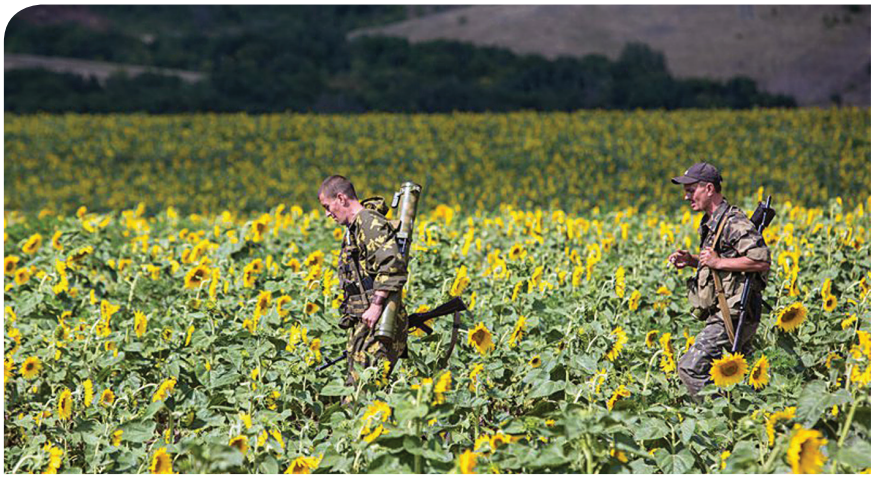
As sanções ora aplicadas a Moscou, malgrado os seus objetivos declarados, dificilmente poderiam deixar de ser identificadas com uma estratégia que visaria debilitar a Rússia e impedi-la de recuperar o seu status de superpotência; a ideia de punir o mal e premiar o bem seria bem pouco relevante no contencioso que ora presenciamos entre a Ucrânia e a Rússia. Haveria que admitir, por outro lado, que a Ucrânia estaria seguindo, na realidade, ou sendo levada a seguir, uma dinâmica sobre a qual teria controle reduzido: o muro de Berlim caiu; o limite da área sob a influência, na Europa, dos Estados Unidos e de seus aliados moveu-se progressivamente para o leste; e agora chegou a vez de Kiev. A prudência teria recomendado que os laços da Ucrânia com Bruxelas (e eventualmente com a OTAN) levassem em conta as preocupações de Moscou em matéria quer de segurança, quer de preservação de seu *hinterland* natural, mas não é isso o que estaria ocorrendo. Em vez de sugerir cautela aos dirigentes de Kiev, sob a forma inclusive de uma política que não seja vista por Moscou como lhe sendo hostil, e em lugar de incentivá-los a acomodar os interesses da minoria de etnia russa, as ações do Ocidente estariam na prática encorajando a Ucrânia a se distanciar de um vizinho com o qual ela se acha ligada pelo passado comum e por semelhanças culturais significativas. Não é a causa da paz e da cooperação que, dessa forma, estaria sendo promovida. O erro pareceria evidente, e seriam pertinentes algumas apreciações sobre as consequências previsíveis no cenário maior da política internacional.

Mais do que um questionamento de valores, que não estariam pelo visto em causa na situação em exame, seria de se perguntar a que poderiam levar, e a quem poderiam beneficiar sanções que, advogadas com vigor por

Imagens da Ucrânia do repórter fotográfico Andrei Stenin, da agência Rossiya Segodnya, sequestrado por forças militares ucranianas e desaparecido desde 5 de agosto

Washington e Londres, debilitassem a Rússia neste momento e criassem no flanco oriental da União Europeia um foco de instabilidade. Por outro lado, como não se pode esperar que Moscou, que tem demonstrado moderação, deixe de reagir, tudo pareceria indicar que os dirigentes russos, além de aplicar sanções retaliatórias, por sinal já anunciadas no setor de alimentos, irão buscar um novo equilíbrio de forças no âmbito de uma estratégia maior. O recente périplo de Putin pela América Latina, Brasil inclusive, terá feito parte dessa estratégia. Mais importante, contudo, que esse ensaio de equilíbrio no contexto modesto dos BRICS, é a já evidente aproximação da Rússia com a China, que está avançando inclusive no setor crítico da energia. A propósito, algumas perguntas seriam pertinentes: Será do interesse das capitais ocidentais que, na esteira da temática da Ucrânia, se consolide um eixo Moscou-Pequim? Terão elas interesse em ver a Rússia se distanciar da Europa e se atrelar à Ásia? Como a União Europeia poderia ver a perda de um acesso privilegiado aos amplos recursos energéticos da Rússia? Pareceria que estão sendo perdidas de vista as origens da Segunda Guerra Mundial e a busca pela Alemanha nazista de fontes de energia no leste europeu. Será fácil prever que a resposta às indagações mencionadas venha a ser diferente da perspectiva de um e do outro lado do Atlântico. Se a União Europeia, em particular no que se refere à Alemanha, deve ver o imbróglio da Ucrânia como uma pedra incômoda no caminho da sua política de expansão para o leste, com um impacto negativo em termos comerciais, Washington pareceria mesmerizada com a Guerra Fria do passado. É o que denotariam a aparente preocupação dos Estados Unidos em dificultar a recuperação da Rússia, mesmo sem pretender chegar ao poder do passado, e a sua relutância em ver que, neste momento, a China, segundo muitos, está por se tornar a nova superpotência hegemônica. Este seria o quadro maior da temática da Ucrânia quando se escreviam estas notas. Da perspectiva da situação no terreno, enquanto a OTAN criticava Moscou por alegada concentração de tropas na fronteira, numa atitude que não se refletiu em ação militar por parte da Federação Russa, o governo de Kiev atacava sem piedade, na própria Ucrânia, os centros urbanos das áreas de etnia predominantemente russa, sem que o Ocidente e a sua mídia dessem mostra de se comover.

Sem pretender extrapolar conclusões, seria possível afirmar, talvez, que a alienação da Rússia, em consequência do que se afiguraria como uma política pouco hábil e menos prudente, poderia ser um fator capaz de contribuir para apressar o fim do Século Americano e o início do Século Chinês, que estaria às nossas portas. Este é o resultado de uma diplomacia que estaria levando a uma nova Guerra Fria, após os desastres do Iraque e do Afeganistão. ■



BERNARDO DE AZEVEDO BRITO (Rio de Janeiro, 1935) é embaixador aposentado, chefiou a Missão brasileira no Iraque de 2006 a 2011, publicando após o livro *Iraque, dos primórdios à procura de um destino* (EdUFSC, 2014).

Débora Klempous

(Florianópolis, 1981) foi repórter-fotográfica nos jornais *Hora de Santa Catarina* e *Notícias do Dia* e professora de Fotojornalismo na Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Formada em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina, fez especialização em Fotografia na Univali e cursou o mestrado em Comunicação Visual na Universidade Estadual de Londrina. Atualmente, reside em São Paulo, onde trabalha com fotografia e multimídia.

Site: www.deboraklempous.com
Contato: contato@deboraklempous.com

"Em julho do ano passado, fiz uma viagem sozinha pelo Peru com a intenção principal de fotografar. Como não gosto de lugares turísticos, pesquisei as festas religiosas que aconteceriam no período da viagem e descobri a festa de Virgen del Carmen, em Paucartambo, um vilarejo a quatro horas de Cusco, todo de sobrados brancos com janelas e portas azuis, perdido no meio das montanhas. A festa dura três dias e começa com missa, procissão, passa por uma festa no cemitério em homenagem aos mortos e termina com uma grande guerra de comida na praça central. Das milhares de fotos que fiz ao longo desses três dias, uma das que mais gosto é esta de uma criança peruana. Caminhávamos em procissão atrás da imagem da Virgem, no meio de centenas de devotos, todos espremidos junto à banda que tocava uma das músicas da festa (cada ala, fantasiada, tinha suas próprias bandas e músicas), até que todos pararam e ninguém conseguia se mexer. Olhei para baixo e essa menina olhava fixamente para o céu."